



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 183/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública - SSP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informações sobre número de mulheres vítimas de homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal decorrente de violência doméstica, estupro consumado, estupro de vulnerável consumado, desagregado por raça/cor nos primeiros semestres de 2019 e 2020. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 183/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Segurança Pública - SSP, número SIC em epígrafe, para acesso à informações sobre número de mulheres vítimas de homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal decorrente de violência doméstica, estupro consumado, estupro de vulnerável consumado, desagregado por raça/cor nos primeiros semestres de 2019 e 2020.
2. Em resposta e recurso, o ente informou os dados solicitados, indicando onde se encontram parte da informação e fornecendo o complemento, encaminhando a metodologia. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu corretamente a demanda, indicando onde se encontram parte da informação e fornecendo o complemento, encaminhando a metodologia, fornecendo os dados primários, de acordo com os arts. 7º, IV e 11 § 1º da Lei nº 12.527/2011.
4. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral, igualmente esposado no plano federal pela Controladoria Geral da União: "A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental."

Classif. documental

006.03.02.001



Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

(Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.)."

5. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de agosto de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado